2.ª Dirigir o Centro de Altos Estudos Militares e as viagens do estado maior general;

3.ª Propór anualmente ao Ministro da Guerra a nomeação dos generais que, em caso de mobilização, deverão exercer o comando dos grandes agrupamentos e dos que devem exercer a direcção ou comando de manobras ou exercícios;

4.ª Propor ao Ministro da Guerra o general que há-de exercer o cargo de chefe do estado maior do exército;

5.ª Dar aos generais indigitados para o comando dos grandes agrupamentos, em caso de mobilização, e aos comandantes das forças coloniais as directivas e instruções necessárias aos seus estudos e reconhecimentos;

6.ª Dar ao chefe do estado maior do exército, depois de submetidas à apreciação do Ministro da Guerra, as directivas e instruções que regulem a actividade deste organismo no que diz respeito à organização e à preparação do exército para a guerra, em particular as bases para a elaboração dos planos e dos projectos de operações;

7.ª Inspeccionar, quando o julgar conveniente, as tropas, os serviços, as escolas militares e as obras de fortificação;

8.ª Preparar e submeter à apreciação do Ministro os projectos que digam respeito às manobras anuais das tropas e dos quadros, e assumir a sua direcção superior;

9.ª Dar parecer sobre as altas questões que digam respeito à organização e eficiência das tropas coloniais e à defesa das colónias.

Art. 9.º O vice-presidente do Conselho Superior do Exército será designado por major-general do exército e disporá de um gabinete, constituído por um chefe e por dois adjuntos, oficiais superiores de qualquer arma.

Art. 10.º Pelo Ministério da Guerra, ouvido o Conselho Superior do Exército, serão publicados os diplomas necessários à execução da presente lei ou à resolução das dúvidas a que dê lugar.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Maio de 1935. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Aníbal de Mesquita Guimarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assistência

Decreto n.º 25:388

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal da Beneficência da Freguesia de S. Mamede, da cidade de Lisboa, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 médico	1.800\$00
1 parteira	1.200\$00
1 escriptorário	1.200\$00
1 servente-lavandeira	480\$00
1 contínuo	120\$00
1 cobrador com 10 por cento sobre a cobrança.	

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Maio de 1935. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Henrique Linhares de Lima*.

Decreto n.º 25:389

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal da Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Aguas Belas, concelho de Ferreira do Zêzere, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 encarregado da escrituração	18\$00
---	--------

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Maio de 1935. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Henrique Linhares de Lima*.

Decreto n.º 25:390

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal da Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Pias, concelho de Ferreira do Zêzere, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 sacristão	38\$80
1 encarregado da escrituração	10\$00
1 pároco da freguesia pela festividade de <i>Corpus Christi</i>	32\$00

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Maio de 1935. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Decreto-lei n.º 25:391

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a reforçar a receita do Montepio dos Servidores do Estado para o ano económico corrente, inscrevendo no respectivo orçamento a importância de 4:524.555\$80, assim classificada:

Rendimentos provenientes:

Do fundo permanente:

De juros do fundo de 3 por cento, consolidado	16.271\$20
De juros de obrigações de 4 3/4 por cento, de 1934	106.124\$90
De juros de obrigações externas, 1.ª série	9.012\$30
De juros de obrigações de 6 1/2 por cento, consolidação	430.798\$80